

Krause complica debate sobre Mata Atlântica

A proposta do ministro do Meio Ambiente desagradou ambientalista e teve oposição do secretário Fábio Feldmann

A regulamentação sobre a Mata Atlântica continua a dividir os ambientalistas e o governo. Ontem, durante a reunião extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause (PFL-PE), ao apresentar uma nova minuta de decreto, desta vez contemplando a preservação e utilização da Mata Araucária e outros tipos de vegetação associados, conseguiu complicar ainda mais o debate.

A proposta, que tinha a intenção de surpreender os ambientalistas e acalmar os ânimos, contempla a preservação de áreas ainda não protegidas, mas não eleva em nem um quilômetro a área considerada Mata Atlântica, principal divergência entre os verdes e o governo. Pelo novo decreto, a Serra do Japi ficaria fora da área de proteção.

O que está por trás de toda a discussão é o Decreto 750, de fevereiro de 1993. Os ambientalistas (organizações governamentais e não-governamentais) acusam o governo de querer restringir a 20%, por meio do anteprojeto de lei apresentado ao Conama em julho passado, o espaço geográfico da Mata Atlântica abrangido pelo 750. O decreto considera Mata Atlântica a vegetação do litoral até o Planalto e o anteprojeto só reconhece como tal a área litorânea.

"Essa proposta é do PFL, não é do governo", atirou Fábio Feldmann, deputado federal pelo PSDB e secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. "A briga é política, a minha posição é de deputado do PSDB que escreveu o programa ambiental do Fernando Henrique Cardoso e também é a do governo de São Paulo". Visivelmente irritado, Krause disse que a reação de Feldmann desqualificava a discussão: "Não aceito isso, essa postura desqualifica um debate amplo e democrático sobre a questão", se esquivando de dar conotação partidária à discussão e acirrar ainda mais as

disputas entre o PSDB e o PFL.

O presidente do Ibama, Raul Jungmann, contra-atacou argumentando que o anteprojeto apresentado em julho "representa um avanço na defesa e conservação da Mata Atlântica e se baseou em mapas do IBGE". De acordo com ele, para completar, a minuta de decreto divulgada ontem elevará para 2 milhões de quilômetros quadrados a área protegida do Domínio Atlântico, "contra os 1,1 milhão protegidos pelo 750". O presiden-

te do Ibama afirmou ainda que o que está em jogo "é o temor dos ambientalistas de perder poder e dinheiro", se resolvida a polêmica.

O Ministério do Meio Ambiente também apresentou ao Conama uma proposta de emenda constitucional que modifica o parágrafo 4º do artigo 225. Essa proposta inclui o Cerrado e a Caatinga no patrimônio nacional - da Carta constam hoje apenas a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. A categoria "patrimônio nacional" exige que a exploração e utilização dessas áreas sejam fixadas por lei. "Sou contra essa emenda, desde '92 já tramita no Congresso uma emenda de minha autoria incluindo o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional", diz Feldmann, atacando também a emenda apresentada por Krause.

Fábio Feldmann diz que o Ministério do Meio Ambiente se contradiz quando acha que o 750 é inconstitucional e apresenta projeto de lei para justificar sua inconstitucionalidade e logo depois apresenta um outro decreto estabelecendo o que não é Mata Atlântica: "Há uma incoerência clara nisso", diz. "Jamais afirmamos que o decreto é inconstitucional, pois estimularíamos questionamentos jurídicos", afirmou o ministro Krause. Feldmann acredita, no entanto, que a aprovação recente de um projeto de lei, que seria um aprimoramento do 750, colocará a discussão num "outro patamar".

"Jamais afirmamos que o decreto é inconstitucional", afirmou o ministro Krause